

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2025

Em conformidade com o Art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei Federal nº 13.303, de 30.06.2016, e Art. 13, incisos I, III e VIII, do Decreto Federal nº 8.945, de 27.12.2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da
Agência de Fomento do Paraná – FOMENTO PARANÁ,
relativa ao exercício social de 2025.



Fomento
Paraná





CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Flávio Montenegro Balan - Presidente

Indicado pelo Controlador - CPF 772.834.499-49

Bruno Antônio de Novaes Parolin

Membro Independente - CPF 079.363.479-25

Carlos Romeu Ramos

Indicado pelo Acionista Controlador - CPF 117.840.839-68

Eduardo Franscisco Sciarra

Indicado pelo Acionista Controlador - CPF 172.073.209-49

José Eduardo Nasser

Membro Independente - CPF 047.252.418-65

Leticia Zaina Bindo Abdala

Representante dos Empregados - CPF 044.860.619-42

Documento apresentado em Reunião Ordinária do
Conselho de Administração da Fomento Paraná

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ	03.584.906/0001-99
NIRE	41300017-808
SEDE	Curitiba/PR
TIPO DE ESTATAL	Sociedade de Economia Mista
ACIONISTA CONTROLADOR	O Estado do Paraná
TIPO SOCIETÁRIO	Soc. Anônima de Capital Fechado
ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO	Território do Paraná
SETOR DE ATUAÇÃO	Financeiro
DIRETOR-PRESIDENTE	Claudio Stabile
DIRETOR DE MERCADO	Gustavo Emanuel Cejas
DIRETORA ADM. E FINANCEIRA	Mayara Puchalski
DIRETORA JURÍDICA	Mayara Puchalski (interina)
DIRETOR DE OPER. DO SETOR PÚBLICO	Cláudio Pacheco
DIRETOR DE OPER. DO SETOR PRIVADO	Adir Hannouche
AUDITORES INDEPENDENTES	BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.





PRINCIPAIS INDICADORES DO PERÍODO

	Ano 2024	Ano 2025
Capital Social Integralizado	R\$ 2.384,4 milhões	R\$ 3.022,8 milhões
Ativo Total	R\$ 3.781,0 milhões	R\$ 4.322,3 milhões
Carteira de Operações de Crédito ¹	R\$ 1.772,7 milhões	R\$ 1.777,1 milhões
Patrimônio Líquido	R\$ 2.757,5 milhões	R\$ 3.502,3 milhões
Patrimônio de Referência	R\$ 678,1 milhões	R\$ 1.293,2 milhões
Lucro Líquido	R\$ 198,5 milhões	R\$ 299,1 milhões
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	7,63%	9,55%
Índice de Basileia	54,85%	107,21%
Desembolsos no ano	R\$ 758,8 milhões	R\$ 545,1 milhões
Contratos no ano	9.959	8.735
Municípios atendidos no ano	334	327
Capital destacado SFM	R\$ 2.079,3 milhões	R\$ 2.213,0 milhões
Recursos captados no ano	R\$ 233,0 milhões	R\$ 97,2 milhões

(1) Representa o saldo contratual do cliente, sem os efeitos das receitas e das despesas relativas aos custos de transação diferidos, previstos na Resolução BCB nº 352 Art.90.



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 ficou marcado por uma virada de chave, que fez toda a diferença no desempenho econômico e financeiro da Fomento Paraná para o período.

O primeiro passo foi a revisão da política de juros, alinhada à atualização das condições das linhas de crédito com recursos próprios oriundos de aportes do acionista controlador, o Estado do Paraná.

A medida viabilizou a troca da taxa Selic pelo IPCA (inflação oficial) como principal indexador do custo do dinheiro para composição das taxas de juros da instituição, para as linhas de crédito com recursos próprios.

De imediato, essa atualização aumentou a atratividade e facilitou o acesso à linha Fomento Taxistas, lançada no ano anterior, com aporte do Estado, que antes tinha baixa adesão da categoria.

Um aporte de recursos do Estado viabilizou o lançamento de linhas de crédito com as menores taxas de juros do país para empresas de micro, pequeno e médio porte, beneficiando também microempreendedores individuais (MEI) e até informais.

O resultado foi que alcançamos recordes mensais e um novo recorde anual no microcrédito. Ultrapassamos pela primeira vez a marca de R\$ 100 milhões em volume liberado, atendendo mais de 8.500 empreendimentos, com apoio da rede de agentes de crédito dos municípios parceiros. A carteira de microcrédito alcançou a marca de R\$ 202,1 milhões, maior valor histórico.

O volume total de crédito liberado para empreendedores privados no ano chegou a R\$ 270 milhões, impulsionado principalmente pela linha Fomento Giro Fácil, que teve grande adesão junto à rede de correspondentes. Com isso a carteira do Setor Privado também alcançou seu maior patamar, de R\$ 656,4 milhões.

Destaque-se que dois terços dos recursos que foram liberados no período foram entregues a localidades que registram IPDM-Renda Baixo ou Médio Baixo, gerando impacto social relevante nessas comunidades.

A redução de taxas também foi aplicada aos financiamentos destinados aos municípios, para obras, aquisição de máquinas e equipamentos e outros projetos no âmbito do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM).

Por fim, a iniciativa do Governo do Estado de aportar recursos visando a criação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios do Agronegócio (FIDC AGRO PARANÁ), colocou a instituição em um novo patamar de importância para o fortalecimento do agronegócio e da economia paranaense.

A expectativa é alavancar até R\$ 2 bilhões em investimentos com a primeira leva de FIDCs e uma segunda leva de fundos está em estruturação a partir do lançamento de uma nova chamada pública.

A Fomento Paraná também estabeleceu uma agenda Ambiental, Social e Governança (ASG) e aderiu ao Pacto Global da ONU, assumindo a responsabilidade de alinhar ações e estratégias aderentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visando consolidar as atividades da empresa, de forma a melhorar a reputação corporativa e ampliar a atração de investimentos.





INTERESSE PÚBLICO

A Fomento Paraná é uma instituição financeira de desenvolvimento constituída como sociedade anônima de capital fechado. O Estado do Paraná é o principal acionista, com 99,9% das ações, e a Celepar - Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná possui 0,1% das ações.

A autorização para criação da instituição foi dada pela Lei Estadual nº 11.741/1997. O Banco Central do Brasil concedeu a autorização de funcionamento em 8/11/1999 (DEORF/DIFIN-99/239). O capital social autorizado é de quatro bilhões de reais.

A empresa atua em sintonia com políticas públicas focadas no desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional, com o objetivo de estimular a ampliação da base produtiva e promover a inovação no Paraná.

A instituição integra o Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), em conjunto com a Secretaria das Cidades e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE. O SFM financia obras de infraestrutura e mobilidade urbana e outros projetos de interesse dos municípios para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida do cidadão.

A Fomento Paraná também financia projetos de investimento e capital de giro puro ou associado e disponibiliza crédito para inovação para apoiar empreendedores de micro, pequeno e médio porte, de todos os setores da atividade econômica.

A Fomento Paraná é gestora de fundos públicos estaduais de desenvolvimento, garantidores ou de aval, participa como cotista de fundos de investimento em participação focados em projetos de inovação e é cotista do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios das Cadeias Produtivas do Agronegócio – FIDC AGRO PARANÁ.

Responde também pela gestão e cobrança da carteira de ativos do Estado do Paraná oriundos da privatização do Banco do Estado do Paraná – Banestado. E pela Lei Estadual nº 20.743/21 é responsável pela gestão plena e a administração dos ativos, créditos e direitos resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná – BADEP.



POLÍTICAS PÚBLICAS

OPERAÇÕES DO SETOR PÚBLICO

As Operações do Setor Público englobam financiamentos para projetos de investimento por meio do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM).

O SFM é formado pela Secretaria das Cidades (SECID), que orienta as políticas públicas estaduais de desenvolvimento urbano; o Serviço Autônomo PARANACIDADE, vinculado à SECID, atua como agente técnico operacional no suporte e acompanhamento dos projetos; e a Fomento Paraná é o agente financeiro do sistema.

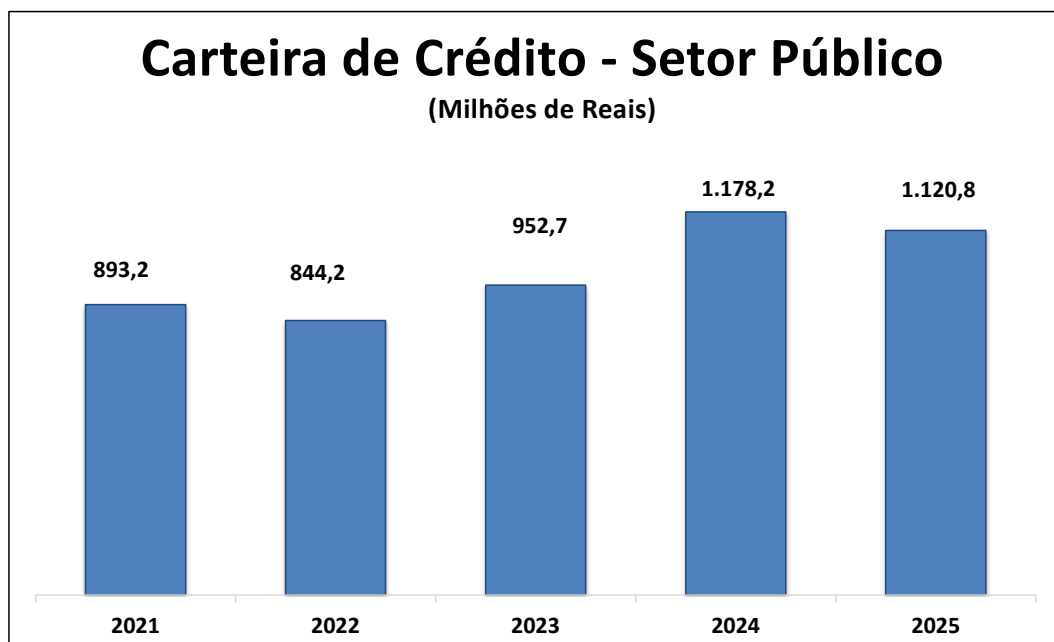
Os principais objetos desses financiamentos são a melhoria da infraestrutura urbana, como pavimentação de vias e aquisição de equipamentos rodoviários.

Podem ser atendidos também projetos diversos, para construção de escolas, postos de saúde, ciclovias, aquisição de áreas para distritos industriais, conjuntos habitacionais, aeroportos, terminais rodoviários, centros de convivência, centros culturais, pontes, ginásios de esportes, parques, praças, sistemas de abastecimento de água e de gerenciamento de resíduos, melhoria da eficiência energética, melhoria da iluminação pública e uso de energias alternativas, infraestrutura tecnológica, projetos de engenharia, entre outros.

A carteira de crédito formada pelo Setor Público encerrou o exercício representando 63,1% da carteira de crédito total da instituição, num total de R\$ 1.120,8 milhões em contratos.

O valor representa uma redução de 4,9% sobre a soma registrada ao final de 2024, que foi de R\$ 1.178,2 milhões.

A evolução dessa carteira no período reflete um cenário sazonal, com grande número de prefeitos iniciando seus mandatos e reavaliando projetos e prioridades. Paralelamente houve um aumento da concorrência na oferta de recursos neste segmento — inclusive a fundo perdido — fator que passou a impactar diretamente e reduzir a demanda dos municípios por financiamentos para seus projetos.





OPERAÇÕES DO SETOR PRIVADO

As Operações do Setor Privado envolvem empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, com crédito para implantação, manutenção ou expansão de negócios, por meio de dois principais canais.

A Rede de Parceiros reúne em torno de 450 agentes de crédito atuando em mais de 300 cidades em estruturas como Salas do Empreendedor, Agências do Trabalhador e outras instalações voltadas ao desenvolvimento econômico nos municípios.

A atuação segue o modelo do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), por meio de acordos de cooperação técnica firmados com municípios. A parceria não tem custos diretos para nenhuma das partes, apenas desembolsos operacionais peculiares à atividade de cada ente cooperado.

Todos os agentes são capacitados em parceria entre o Sebrae/PR e a Fomento Paraná e ficam responsáveis pelo atendimento para orientação e intermediação de operações de microcrédito para os pequenos negócios em cada localidade.

O segundo canal é uma rede de correspondentes de crédito contratados para prestação de serviços de intermediação. Ao fim do ano havia 236 correspondentes em associações comerciais, sindicatos patronais e sociedades empresariais.

Os recursos para Operações do Setor Privado podem ser próprios ou de repasse de instituições como BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos; FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo; Caixa Econômica Federal; e CAF – Banco de Desenvolvimento da América latina.

As operações de microcrédito são o principal produto da instituição em volume de atendimentos — em torno de 90% dos empreendedores — destinadas a apoiar os empreendimentos com faturamento anual de até R\$ 360 mil.

A partir da Lei Federal Nº 13.999/20, passou a ser permitido o uso de tecnologias digitais e eletrônicas para substituir o contato presencial para fins de contratação do crédito. Com isso a Fomento Paraná passou a ofertar o microcrédito também por meio de uma plataforma digital própria, de forma complementar ao trabalho dos agentes de crédito. A medida possibilitou o atendimento também aos empreendedores que residem em municípios onde não há parceria com agentes de crédito ou correspondentes ativos para atendimento presencial.

A instituição oferece também linhas de crédito para empresas e empreendimentos de micro e pequeno porte, que faturam mais de R\$ 360 mil. São especialmente linhas de repasse do BNDES, FINEP e Fungetur, bem como recursos próprios.

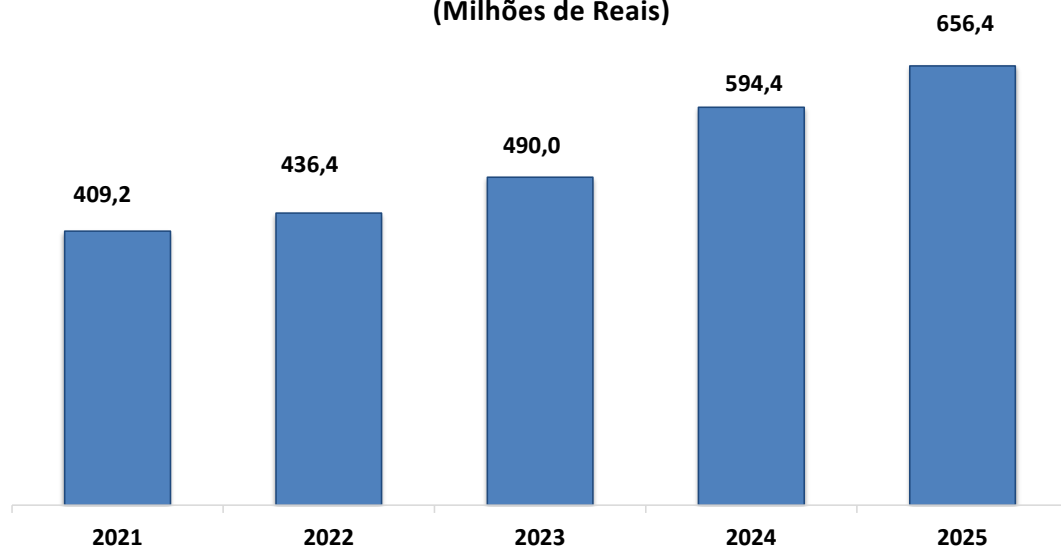
A carteira de crédito de Operações do Setor Privado registrou um crescimento de 10,4% em 2025 em relação a 2023, passando de R\$ 594,4 milhões para R\$ 656,4 milhões, com volume expressivo de operações destinadas a capital de giro.

A carteira de microcrédito cresceu 10,9% no período, chegando a um saldo de R\$ 202,1 milhões, em uma carteira ativa de 28,3 mil clientes neste segmento.

A carteira total de clientes ativos da Fomento Paraná encerrou o exercício com 36.614 clientes vinculados ao CNPJ principal; 11.913 vinculados ao Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE); 3.438 vinculados ao Fundo de Aval Rural (FAR); 914 clientes de Ativos do Estado; e 191 clientes do extinto Badep.

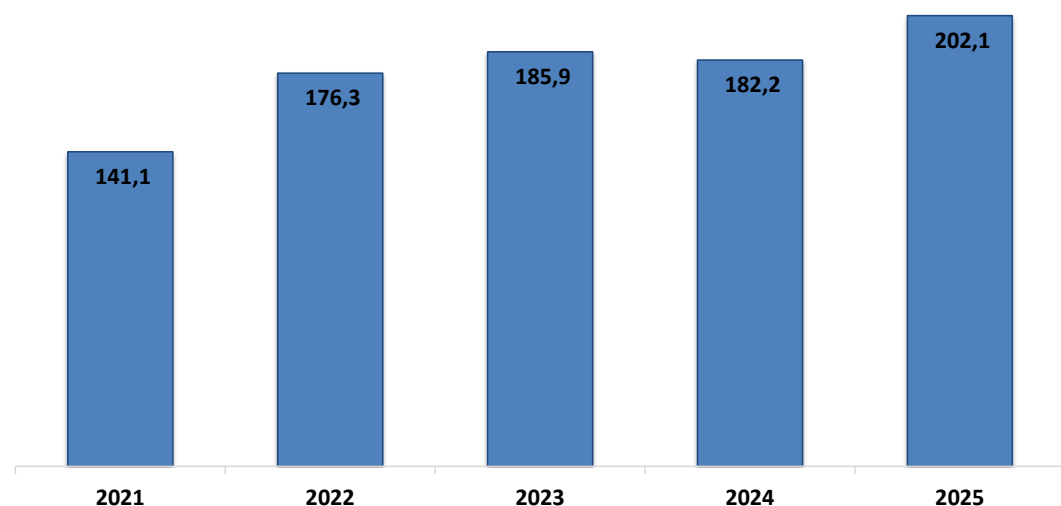
Carteira de Crédito - Setor Privado

(Milhões de Reais)



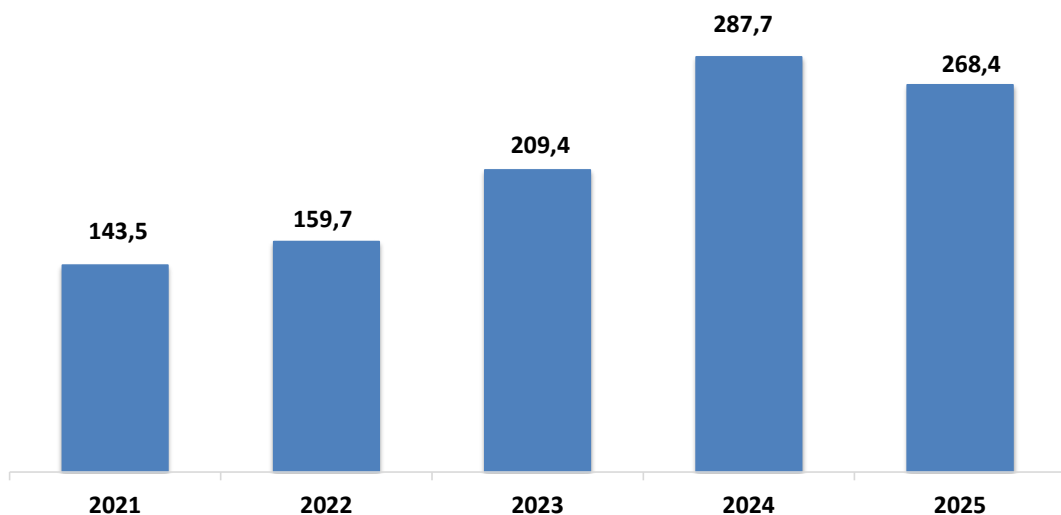
Carteira de Crédito - Microcrédito

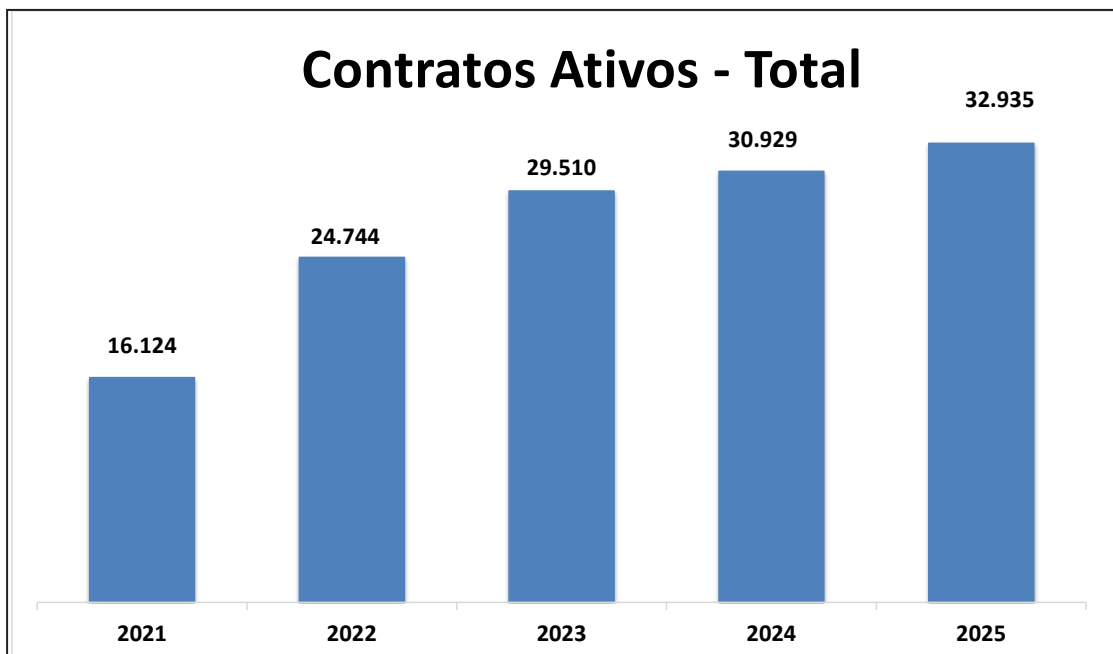
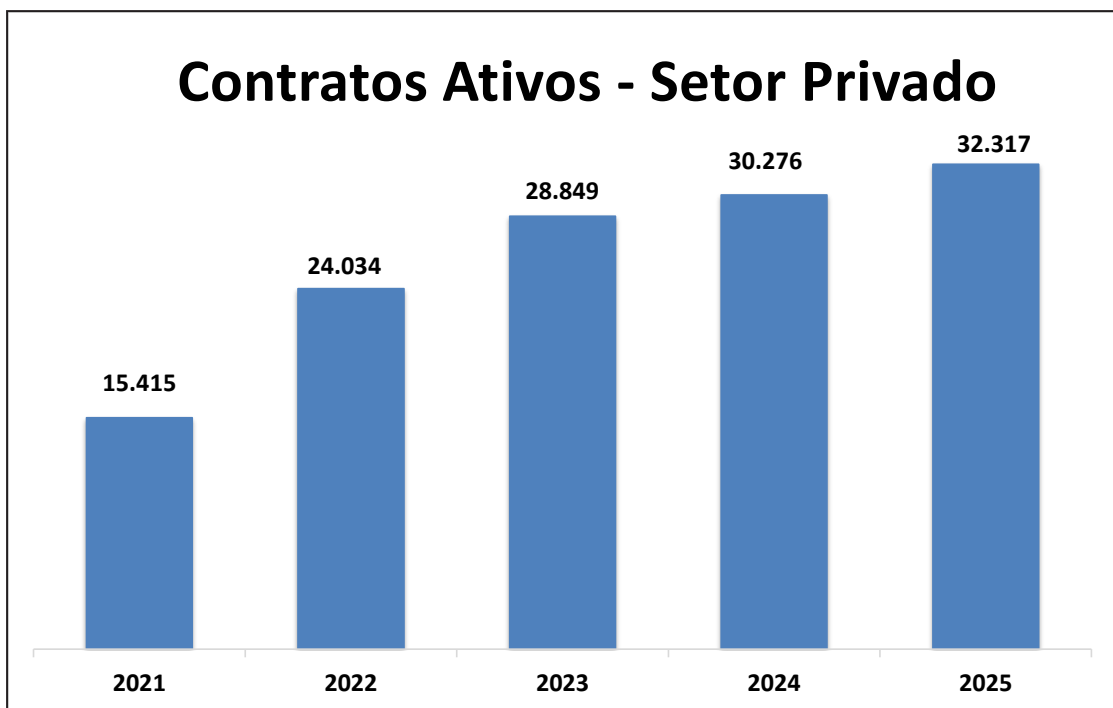
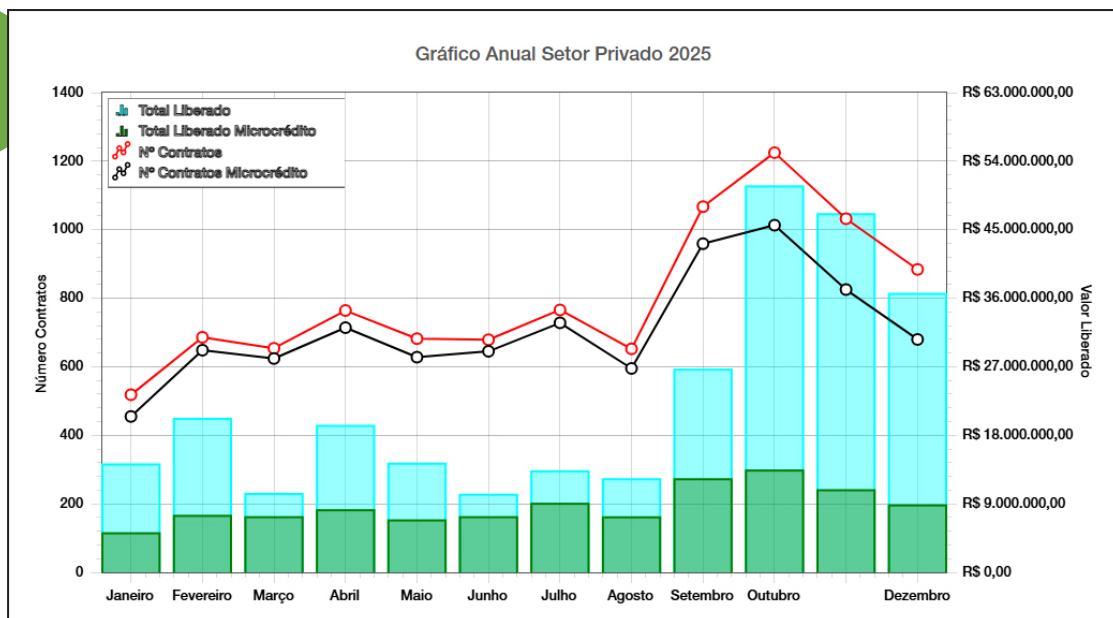
(Milhões de Reais)



Liber. de Recursos - Setor Privado

(Milhões de Reais)





GESTÃO DE FUNDOS

A Fomento Paraná atua na gestão operacional e financeira de diversos fundos públicos. Também é cotista dos fundos de investimento em participação Criatec3 (BNDES), Sul Inovação (FINEP) e do Fundo VC4, da Trivella M3 Investimentos, todos com objetivo de participação em empreendimentos inovadores e com alto potencial de crescimento e lucratividade.

A instituição desenvolveu, estruturou e lançou em 2025 um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios das Cadeias Produtivas do Agronegócio, o FIDC AGRO Paraná, no qual a instituição atua como cotista sênior. Ainda em 2025 foram feitos os dois primeiros aportes da Fomento, em parceria com a cooperativa CVale e a Seara, em investimentos que somaram R\$ 675 milhões para projetos para ampliação da capacidade de produção e processamento nas cadeias de frangos, suínos e peixes.

Destaca-se a gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), que fornece apoio financeiro tanto às operações do Setor Público quanto do Setor Privado, por meio de operações especiais de crédito, participações societárias e subvenções econômicas para estimular o desenvolvimento socioeconômico do Paraná.

Os recursos do FDE também são usados para subvenção do Prêmio do Seguro Rural de 29 culturas agrícolas pelo Programa de Seguro Rural para a Agricultura Familiar, e para a subvenção de taxas de juros em financiamentos contratados por instituições financeiras conveniadas no programa Banco do Agricultor Paranaense — ambos gerenciados com participação da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

O Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) provê recursos para subvenção econômica das taxas de juros em operações de microcrédito dos programas Banco do Empreendedor e Banco da Mulher Paranaense. O Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FAG/PR), que iniciou as operações em 2020, com operações limitadas a garantir operações de crédito contratadas com recursos do Fungetur/Ministério do Turismo pelas instituições credenciadas Fomento Paraná e BRDE.

O Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (FIME/PR) entrou em operação junho de 2023 visando a redução de juros em financiamentos de projetos de inovação para empresas de micro e pequeno porte, com recursos da Finep.

O Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná (FAR) destina recursos para garantir a redução do risco em operações contratadas por agricultores beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. A atuação do FAR foi reformulada pela Lei Estadual nº22.136/2024, ampliando as opções de garantia para viabilizar operações de crédito para pequenos agricultores e está em fase de regulamentação.





DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A Fomento Paraná segue pautada na modernização tecnológica e na ampliação das parcerias, para expansão e aprimoramento dos balcões de atendimento. Esse posicionamento estratégico está alinhado às diretrizes ao Plano de Governo.

A Rede de Parceiros, composta por agentes de crédito e correspondentes, encerrou o exercício com mais de 300 municípios conveniados com atuação de agentes de crédito e 236 instituições credenciadas como correspondentes. Foram atendidos no ano 9.736 empreendimentos com R\$ 171 milhões em crédito liberado para empreendimentos de micro, pequeno e médio porte.

Em relação ao ano anterior, houve uma redução de 3,3% no número de empreendimentos atendidos com crédito liberado e de 1,4% no número de contratos de microcrédito, redundando em uma redução de 4,5% no volume de crédito liberado no Setor Privado.

Entretanto, por conta de alterações promovidas na política de juros e das melhorias nas condições da oferta de crédito — principalmente a partir da redução nas taxas de juros — houve um aumento no ticket médio de 12% nas operações de microcrédito, levando a uma elevação de 10,6% em crédito liberado nesse segmento e chegando a um volume recorde para a instituição, de R\$ 103,4 milhões no ano.

Foram atendidos empreendedores de 321 municípios no período, sendo 67,5% em localidades classificadas pelo indicador socioeconômico Índice Iparides de Desempenho Municipal - IPDM-Renda) como “Baixo” e/ou “Médio-Baixo”. Esse indicador avalia renda, emprego e produção agropecuária e permite analisar o potencial econômico e o desenvolvimento das cidades no Paraná.

Destaca-se a participação da rede de agentes de crédito, que respondeu por 44,9% da contratação de operações, somando R\$ 123,4 milhões. Os correspondentes foram responsáveis por 30,3% das contratações, somando R\$ 83,3 milhões.

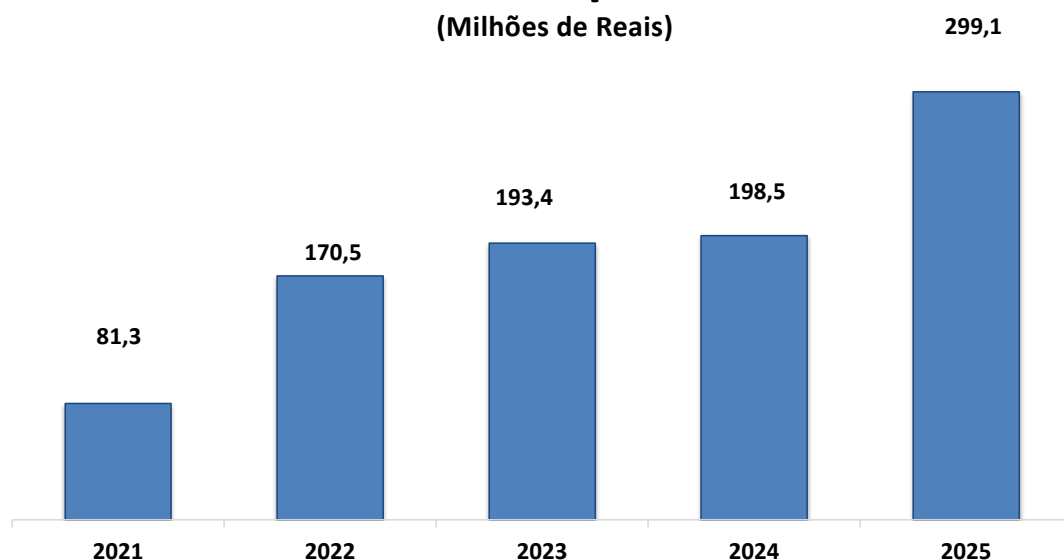
Com esses números, a carteira de crédito do Setor Privado registrou um crescimento de 10,4%, em relação ao ano anterior, e chegou ao maior patamar na história da empresa, somando R\$ 656,4 milhões.

Por conta do efeito sazonal, a carteira do Setor Público encerrou o exercício com uma redução de 4,9%. A carteira total registrou um crescimento de apenas 0,3%, somando R\$ 1.777,1 milhões.

Em cinco anos essa carteira cresceu 28,7%, puxada pela carteira de microcrédito, que cresceu 84,6% e levou a um crescimento de 71% na carteira privada como um todo, demonstrando como esforço da Fomento Paraná no apoio aos pequenos negócios.

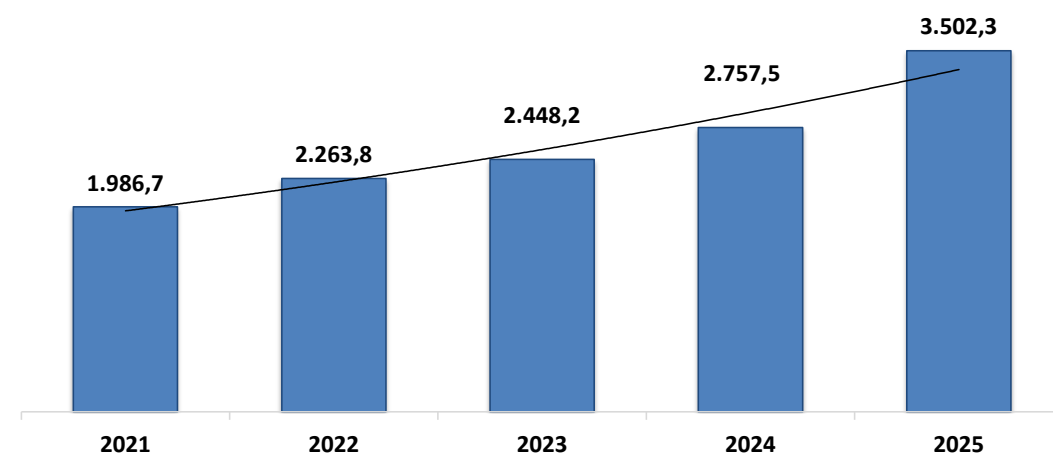
Lucro Líquido

(Milhões de Reais)



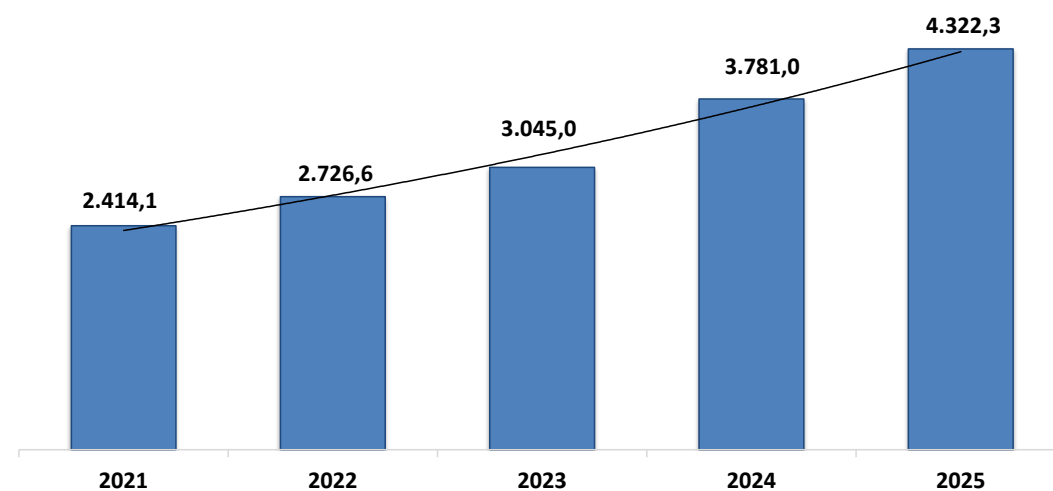
Patrimônio Líquido

(Milhões de Reais)



Ativo Total

(Milhões de Reais)





RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Entre os os ativos da Fomento Paraná, 58,3% são atrelados a títulos públicos e valores mobiliários que possuem lastro em CDI/SELIC; 39,4% são compostos pelo saldo de operações de crédito, líquidas de provisões para perdas; e 2,3% de outros ativos.

Como a taxa Selic iniciou 2025 em um patamar anual de 12,25% e fechou o exercício em 15,0% ao ano, esse fator impactou no crescimento do lucro líquido em 12 meses, que foi de 50,7%, chegando a R\$ 299,1 milhões. É o maior valor na história da empresa.

Parte da explicação para esse crescimento no lucro se deve aos aportes de recursos feitos pelo acionista majoritário, que somaram R\$ 471,2 milhões em doze meses.

Uma parcela desse valor foi destinada à participação da instituição em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios da Cadeia Produtiva do Agronegócio (FIDC Agro Paraná). Outra porção foi destinada à oferta de crédito com juros baixos para empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, a partir do segundo semestre — após a revisão de condições da política de juros, que substituiu a taxa Selic pelo IPCA como indexador nas linhas de crédito com recursos próprios.

Os aportes contribuíram para o crescimento de 28,0% do saldo médio aplicado em ativos financeiros, que cresceu 28,0% em relação ao ano anterior, gerando um crescimento de 63,6% nas receitas relativas ao saldo de ativos financeiros.

Da mesma forma os aportes impactaram no crescimento de 27,0% do Patrimônio Líquido — de R\$ 2,75 bilhões para R\$ 3,50 bilhões — e de 14,3% dos Ativos, que passaram de R\$ 3,78 bilhões para R\$ 4,32 bilhões em um ano.

As receitas com operações de crédito aumentaram 13,7% no exercício, impulsionadas pelo aumento de 8,4% do saldo médio da carteira de operações em doze meses.

As despesas com pessoal e administrativas diminuíram 32,5% em 2025, somando R\$ 67,2 milhões frente a R\$ 99,6 milhões registrados em 2024. Essa redução deveu-se às novas práticas contábeis trazidas a partir da aplicação da Resolução CMN nº 4.966/2021, que levaram a uma redução de 62,2% das despesas administrativas relacionadas aos custos de originação na concessão de crédito.

Esse fator impacta principalmente nas comissões pagas ao Serviço Social Autônomo PARANACIDADE — agente técnico-operacional do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), no Setor Público — e também nas comissões pagas aos correspondentes de crédito, referentes às operações do Setor Privado.

As comissões, que anteriormente eram reconhecidas no resultado do período, a partir de 2025 passaram a ser apropriadas linearmente, juntamente com os juros da operação, conforme o prazo de realização dos instrumentos ao qual estão atrelados.

As novas práticas contábeis adotadas com a aplicação da Resolução CMN nº 4.966/2021 também impactaram nas despesas com provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que somaram R\$ 24,7 milhões. Essa provisão passou a ser mensurada pela metodologia simplificada, elevando o estoque de provisão — de R\$ 9,8 milhões brutos e de R\$ 5,4 milhões no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários) — a partir de 1º de janeiro de 2025.

Foi registrado um crescimento de 6,7% com despesas de pessoal, que somaram R\$ 45,8 milhões, em parte devido ao reajuste de 5,68% previsto na Convenção Coletiva dos Bancários de 2025.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE), correspondeu a 9,55%, em 2025, frente a um retorno de 7,63% registrado no mesmo período do exercício anterior,

CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A execução das políticas públicas de crédito mantidas pela Fomento Paraná é autossustentável, seja pelo emprego de recursos próprios para o financiamento aos entes públicos ou privados, seja por meio de repasses de recursos de instituições financeiras e fundos federais, mediante a cobrança de taxas de juros e spread, ou ainda pelo recebimento por serviços prestados, com a gestão de fundos estaduais e a cobrança de ativos do Estado ou do extinto BADEP.

O financiamento aos municípios, feito por meio do SFM, é realizado com recursos integralizados ao capital da instituição e destacados junto ao Banco Central do Brasil, que somavam R\$ 2.213 milhões em 31 de dezembro de 2025.

Também podem ser usados nesses financiamentos recursos de fundos federais, como o FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por meio de linhas de crédito específicas, mediante abertura de crédito junto ao FGTS-CEF, bem como aportes do Tesouro Estadual. É caso do programa Paraná Urbano III, que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), captado pelo Governo do Estado e integralizado ao capital.

Para financiamentos ao Setor Privado, os recursos podem também ser próprios ou repassados por instituições nacionais ou internacionais diversas, como BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos e o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR/ Ministério do Turismo), Caixa Econômica Federal (CEF), BRDE – Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul, CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina.

Excepcionalmente podem ser criados programas com linhas de crédito específicas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), que é gerenciado pela Fomento Paraná. O FDE pode receber aportes do acionista controlador, com finalidades específicas, como é feito para a subvenção do prêmio do Seguro Rural, para subvenção de taxas de juros de linhas de crédito. E também para disponibilizar recursos para linhas de crédito específicas, como o programa Paraná Recupera, utilizado diante de calamidades ou situações de emergência que afetem os municípios, gerando impacto na atividade econômica.





GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades de gerenciamento de risco na Fomento Paraná são segregadas das atividades operacionais e de auditoria, com estruturas independentes, de forma a evitar conflitos de interesses e a resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados. O gerenciamento dos riscos é coordenado pela Gerência de Riscos e Compliance, subordinada ao diretor-presidente.

Ao longo de 2025 a instituição teve dois diretores jurídicos respondendo a seu tempo como Chief Risk Officer (CRO): Louise Garnica e Mayara Puchalski.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla políticas, diretrizes, papéis e responsabilidades com o intuito de identificar, avaliar, tratar e monitorar os principais riscos bem como garantir a suficiência de capital para cobertura dos mesmos. Os Riscos Operacionais, de Crédito, de Mercado, de Liquidez, de Conformidade (Compliance), Social, Ambiental, Climático e a Gestão de Capital são gerenciados de maneira integrada em conformidade com as Resoluções CMN 4.557/2017, 4.595/2017 e 4.945/2021, que estabelecem responsabilidades conforme segmentação constante na Resolução CMN 4.553/2017.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC da Fomento Paraná estabelece um conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática a serem observados pela instituição na condução de seus negócios, atividades e processos, bem como em seu relacionamento com clientes, fornecedores, prestadores de serviços terceirizados, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA

A Fomento Paraná mantém critérios rigorosos de governança corporativa para assegurar uma gestão eficaz, voltada a oferecer crédito responsável e em manter a qualidade da carteira de clientes. A instituição mantém um Planejamento Estratégico de Longo Prazo e Planos de Negócios, que são validados pelo Conselho de Administração, e em consonância com o acionista controlador, o Estado do Paraná, são estabelecidos objetivos estratégicos, bem como os meios para alcançá-los e monitorar os resultados.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e responde pela avaliação da capacidade da instituição de continuar operando, por meio do uso da base contábil apresentada nas demonstrações financeiras.

A instituição implementou as regras contábeis para instituições financeiras brasileiras previstas na Resolução 4966/21, do Conselho Monetário Nacional (CMN), alinhando-se à norma internacional IFRS 9, com foco em instrumentos financeiros e a perda esperada. A resolução substitui normas antigas e exige que as instituições provisionem para perdas futuras de forma proativa e incluam também a consideração de fatores macroeconômicos — como índices de desemprego, inflação e variações na taxa de juros — no cálculo das perdas esperadas, o que deve aprimorar a análise de risco de inadimplência dos clientes.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE O DESEMPENHO

A Fomento Paraná tem trabalhado para manter em patamares competitivos as taxas de juros dos financiamentos públicos e privados, tarefa para a qual conta com apoio do acionista controlador, conforme demonstra esta carta.

Parte desse trabalho é a busca permanente de recursos de fontes diversas para ampliar o mix de funding, de modo a facilitar as condições e ampliar o acesso ao crédito por parte dos diferentes tipos e portes de empreendimentos, especialmente os pequenos negócios.

O volume de atendimentos desse público e o desempenho dos resultados operacionais e financeiros comprovam os esforços para melhoria contínua de processos e da gestão da instituição. Da mesma forma o aumento do número de parcerias com municípios e outras entidades para credenciar novos agentes de crédito e correspondentes e aumentar a presença no estado, que supera 80% dos municípios.

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Com o objetivo de instituir forma, periodicidade e responsabilidades para a remuneração de administradores, a Fomento Paraná mantém uma Política de Remuneração de Administradores aprovada pelo Conselho de Administração e pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

Essa política considera o escopo de atuação das agências de fomento, as regras impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e pelo Estado do Paraná. Abrange as remunerações fixa e variável, se couber, sendo que, para o pagamento de qualquer remuneração ou benefício não previstos na mesma política devem ser seguidas as normas estaduais vigentes.

No que tange às regras do Estado, o valor da remuneração dos administradores é de competência do Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e da Comissão de Política Salarial (CPS) e deve ser aprovado ou ratificado em Assembleia Geral dos Acionistas. Os membros da Diretoria Reunida recebem honorários mensais e benefícios nas mesmas condições aplicadas aos empregados da Fomento Paraná. E na forma prevista no Estatuto Social, é concedido aos diretores o Seguro de Responsabilidade Civil, para cobertura de custos com a defesa em processos administrativos ou judiciais relativos aos atos lícitos praticados no regular exercício de suas atribuições.

